



PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

scientificmagazine@hotmail.com

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

SCIENTIFIC MAGAZINE

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

SCIENTIFIC MAGAZINE - Ano: XIV - nº117/A- 2020- ISSN: 2177-8574



SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano: XIV -nº117/- 2020- São Paulo.
SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, nº 117/Janeiro - 2020.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

COMISSÃO CIENTÍFICA

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

Prof^o. Ms. Lourenço Lammunier Alves

Prof^a. Camila Cesário dos Santos de Rezende

Prof^a. Elza Dias de Oliveira Carvalho

Prof^a. Josanne Vieira Silva

Prof^a. Patrícia Caravieri Teixeira

Prof^o. Dr. Victor Hugo de Oliveira Henrique

Prof^o. Ms. Joilson Altair Lemos

Prof^o Ms José Luiz Barbosa

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Ms. André Luís



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28º andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: www.abnt.org.br ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: scientificmagazine@hotmail.com

Conselho Editorial - Scientific Magazine - São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA MEDICINA HUMANITÁRIA CONTRA EPIDEMIAS: ESTAMOS PREPARADOS PARA ENFRENTÁ-LOS?	5
AS CONTRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR	19
A IMPORTÂNCIA DE MOTIVAR O INTERESSE EM NOSSOS ALUNOS	31
A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO	37

A IMPORTÂNCIA DA MEDICINA HUMANITÁRIA CONTRA EPIDEMIAS: ESTAMOS PREPARADOS PARA ENFRENTÁ-LOS?

Lourenço Lammunier Alves ¹

RESUMO

Este artigo trata de trazer como objetivo geral analisar a importância do conhecimento da epidemias e a forma de contenção e a expansão. Trata de descrever sua historicidade para a atual compreensão dos fatos que vem crescendo desde os anos oitenta os surtos epidêmicos, afirmado por alguns autores fala das mudanças climáticas, a globalização, as mudanças demográficas, o desenvolvimento tecnológico e a evolução como principal causa. E a tendência não parece mudar no futuro próximo. É cada vez mais claro que estamos às portas de mudanças drásticas. É necessária a ação conjunta de agentes e organizações nacionais e internacionais, estratégia em que a medicina humanitária é a peça fundamental em face do surgimento de novas patologias emergentes¹.

Palavras-chaves: Epidemia. Conhecimento. Ação Conjunta.

ABSTRACT

This article aims to bring as a general objective to analyze the importance of knowledge of epidemics and the form of contention and expansion. It tries to describe its historicity for the current understanding of the facts that have been growing since the eighties, the epidemic outbreaks, affirmed by some authors, talks about climate changes, globalization, demographic changes, technological development and evolution as the main cause. And the trend does not appear to change in the near future. It is increasingly clear that we are on the verge of drastic changes. Joint action by national and international agents and organizations is necessary, a strategy in which humanitarian medicine is the fundamental part in the face of the emergence of new emerging pathologies. ¹

Keywords: Epidemic. Knowledge. Conjoint action.

¹ Mestre em Gestão da Qualidade em Saúde.

1. INTRODUÇÃO

Desde meados do século atual, uma imagem otimista do combate às doenças epidêmicas estava sendo transmitida, tanto pela ciência quanto pelas agências globais de saúde. A ideia foi expressa, entre outros, pelo Prêmio Nobel de Medicina de 1960, Sir Mcfarlane Burnet, por escrito, que os países civilizados do mundo já haviam eliminado todas as doenças pestilenciais, a praga em si, cólera, tifo, varíola, malária e febre amarela. Ele também afirmou que disenteria infantil, escarlatina e difteria, que foram as causas da maior mortalidade infantil no século XIX, eram raras e, em geral, benignas. O culminar dessa luta, possivelmente, com a erradicação da varíola duas décadas atrás, após uma campanha sistemática de vacinação da população de mais de 30 países onde a doença ainda era endêmica começou em 1967 (BURNET, 2000).

No entanto, o surgimento nesta última década do século XX de surtos de peste bubônica, cólera, malária, tuberculose, febre amarela ou difteria em alguns países que pareciam ter erradicado essas doenças apenas vinte anos antes, deram asas a teses pessimistas sobre o estado de saúde da população mundial. Algumas dessas epidemias, como malária, peste ou cólera, tornaram-se, nos últimos anos, verdadeiros pesadelos para muitos países em desenvolvimento. Uma nova epidemia, a da AIDS, o exemplo com maior impacto na mídia das chamadas doenças emergentes, ou seja, aquelas que são resultado de novos germes patogênicos, escureceu ainda mais o cenário da saúde global.

O objetivo deste estudo é, em primeiro lugar, apresentar a situação dos atuais riscos epidêmicos no contexto ibero-americano de uma perspectiva geográfica e confirmar ou não para essa região o que já é chamado de retorno de pragas, entre outras expressões. , termo que tenta sintetizar em poucas palavras a nova situação mundial da saúde em doenças epidêmicas Garret (2005).

Em seguida, pretendemos analisar as causas da nova situação. Isso nos forçará a abordar o problema da interdisciplinaridade. A esse elemento

metodológico deve ser acrescentada uma ideia não menos importante, se quisermos estudar efetivamente o problema das epidemias nesta virada do século: a impossibilidade de separar ou fragmentar o espaço latino-americano do resto do planeta na questão do retorno de pragas. Estes devem, sem dúvida, ser vistos sob uma perspectiva que leva em consideração o processo marcante de globalização em que estamos participando, incluindo o epidemiológico, e também o seu antídoto mais eficaz, ou seja, como um medicamento o mais universal possível. Por fim, tentaremos tirar as conclusões pertinentes.

2. O RETORNO DAS PRAGAS, HOJE

O último relatório da Organização Mundial da Saúde indica que, no continente americano, apesar dos contrastes marcantes entre seus estados e dentro de cada país, houve avanços significativos na saúde de sua população, manifestados no aumento da vida esperançosa, passando de 67 anos em 1975 para 73 em 1997, de 66 para 81 em 2017, em importantes reduções nas taxas de mortalidade infantil e mortalidade em inúmeras doenças, e também em melhorias no controle de boa parte das doenças epidêmicas (LOMBARDI, 2008).

Essa organização internacional também apontou que o número de casos de diarreia aguda foi significativamente reduzido, assim como o número de mortes por infecções intestinais e respiratórias. A região continua livre da poliomielite e enormes avanços foram feitos na luta pela eliminação da hanseníase segundo Galindo (2008), de tétano e sarampo neonatal, embora neste último caso com fortes contrastes regionais. Por exemplo, o sarampo não é relatado em Cuba desde 1993, sendo eliminado; por outro lado, no Brasil, uma intensa epidemia começou no final de 1996 nos estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais, que em setembro de 1997 já havia registrado 8.872 afetados e recentemente voltou pela entrada dos venezuelanos o genótipo do vírus (D8) encontrado no Brasil é o mesmo em circulação na Venezuela. As causas da epidemia estavam

relacionadas à cobertura insuficiente dos programas de vacinação realizados naquele país.

Apesar dos avanços na saúde da população, tanto no nível ibero-americano quanto no mundo, ao definir a situação atual contra doenças infecciosas, tanto nos ambientes mais especializados, incluindo a mesma OMS, quanto na mídia de comunicação, fala-se do retorno de epidemias. Especificamente, esta organização internacional indica ao continente americano que a epidemia de Aids continua, enquanto a malária estendeu suas fronteiras e que a população com alto risco de contrair a doença aumentou, aumentando também sua morbidade regularmente por mais de duas décadas. Algo semelhante é observado com a dengue, que continua sendo uma ameaça séria, febre amarela, doença de Chagas ou cólera, uma doença que se tornou endêmica em vários países do continente (OMS, 2019).

Outras pragas, como peste, encefalite equina ou causadas por hantavírus, também são de grande importância para a saúde das pessoas. Por exemplo, em termos de peste, historicamente listada por muitos autores como a pior das pragas, reduziu sua ameaça em particular nas últimas décadas, graças ao impacto de antibióticos, inseticidas e novas medidas de controle. , mas epidemias cíclicas ainda estão ocorrendo na América e em outros continentes. Em 1992, a praga ocorreu nos Estados Unidos, com dezenove casos e dois mortos, bem como no Brasil e no Peru.

2.1. Surtos epidêmicos de pragas antigas

Um especialista em saúde pública e medicina, Cueto (2007), publicou recentemente um excelente trabalho com o título significativo de *O retorno das epidemias*. Faz uma análise detalhada de várias pragas que estão voltando durante o século XX e XXI, entre as quais peste bubônica, febre amarela, varíola, tifo ou malária, especialmente manifestadas no primeiro semestre, embora em

Alguns casos ainda têm uma incidência infeliz hoje. Cueto (2007) também estuda a epidemia de cólera que começou em 1991 em seu país e que nos últimos anos se espalhou por quase toda a América Latina.

Um fato anterior a considerar sobre essa última praga é que ela desapareceu durante o século 20 nas Américas; Curiosamente, no século passado, as epidemias mais graves da doença afetaram especialmente os Estados Unidos (CORNELL, 2009). Por outro lado, em 1991, o cólera infestou mais de 322.000 pessoas no Peru, das quais 2.909 morreram. No final daquele ano, a doença se espalhou para catorze países da América Latina e do Caribe, totalizando 366.017 afetados. De acordo com especialistas, o número de infectados pressagiava, e de acordo com experiências com a mesma doença em outros países, uma letalidade perto de cinquenta por cento. A epidemia, no entanto, teve uma taxa de mortalidade surpreendentemente baixa, menos de um por cento nas áreas urbanas e mais de dez por cento nas áreas rurais. Veremos as causas disso mais tarde.

Segundo Cueto (2007) outras doenças infecciosas, como a malária, também, continuam causando sérios problemas. Os males da doença não terminam com as fatalidades; isso representa um sério impacto econômico, tanto pelos custos de sua medicação quanto pelas perdas que ela causa nas economias dos países afetados. Na América Latina, precisamente, mais do que sua incidência demográfica, a malária tem um impacto social e econômico considerável.

Outra doença importante na América Latina é a das chagas ou da tripanossomíase americana, causada pelo parasita *Trypanosoma cruzi*, cujo vetor é um inseto chamado vinchuca, e que continua afetando cerca de 18 milhões de pessoas entre o México e a Argentina como endêmicas em vinte e um países; em 1997, ainda matava 45.000 vidas. O país com o maior número de infectados são a Bolívia, com mais de 40% da população portadora da doença. A prevalência dessa praga naquele país tem uma explicação marcadamente social; É devido às

condições socioeconômicas marcadas pela pobreza e precariedade dos lares da maioria da população rural (RUIZ, 2007).

Um estudo empírico muito recente, realizado em dezessete comunidades hondurenhas onde a doença de Chagas é endêmica, com 300.000 pessoas infestadas e 1,2 milhão expostas ao risco, também insistiu na importância de melhorar a habitação como a medida mais eficaz para combater a doença. errado ao apontar o valor da educação em saúde e da participação da comunidade nas tarefas da luta Cueto (2007).

Outra doença epidêmica, febre amarela, infecção causada por vírus transmitido por picada de mosquito, geralmente *Aedes aegypti*, ainda causa cerca de trinta mil mortes todos os anos no mundo. Segundo especialistas, a origem da febre amarela deve estar na África central, e alguns historiadores indicaram que ela teria chegado à América devido ao tráfico de escravos. Durante os séculos XVIII e XIX, a epidemia devastou as cidades portuárias dos Estados Unidos; por exemplo, no verão de 1793, um décimo da população da cidade da Filadélfia morreu por causa da febre. Por outro lado, como não há tratamento efetivo contra a doença, há várias décadas, principalmente desde 1980, um ressurgimento dramático dela na África e nas Américas, sendo endêmica em 34 países do primeiro continente (GALINDO, 2008). Com relação à América Latina, o autor coloca que alguns anos antes, em 1995, a maior epidemia nas Américas desde 1950 ocorreu no Peru; as pessoas afetadas pela febre foram 492 e ocorreram 192 mortes. Nos anos imediatamente anteriores, entre todos os países em que a doença foi declarada, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, os 200 casos anuais não foram excedidos.

2.2. Pragas emergentes

Se todas as epidemias a que nos referimos até agora fazem parte dos chamados reemergentes, ou seja, aqueles que são principalmente seculares, mais uma vez levantaram problemas sérios, há um grupo de novas pragas, chamadas de emergentes, que levantam questões sobre o próprio conceito de praga administrado nos últimos anos. Assim, nas últimas duas décadas, surgiram pelo menos trinta novas doenças altamente contagiosas, com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) causando a temível AIDS, o que causou um impacto mais intenso da mídia na comunidade internacional, pela simples razão de que isso afetou seriamente os países mais ricos (RUIZ, 2007).

Segundo Cornell (2009) a lista de novas epidemias inclui legionelose, borreliose de Lyme, ambas com forte incidência na América do Norte e relacionadas aos hábitos de vida modernos, ou síndrome pulmonar pelo vírus Hanta, identificada pela primeira vez nos Estados Unidos da América em 1993, caracterizado por uma série de sintomas respiratórios semelhantes aos da gripe, com hipotensão grave e dispneia progressiva, levando à insuficiência respiratória e em 40-50% dos casos até a morte. As cepas virais responsáveis pela patologia são diversas e cada uma delas possui uma espécie específica de roedor como reservatório. O contágio é causado pela inalação de partículas dos materiais excretados por roedores infectados ou pelo contato com objetos contaminados. Na Argentina, Brasil, Paraguai, Chile.

Outras novas patologias estão relacionadas aos chamados vírus Marburg ou Ebola, que ainda não afetaram o continente americano, e os de Mapucho, Junín, Amapari, Paraná, Pichinde, Tacaribe ou o vírus que causa a encefalite equina venezuelana. A última doença afeta cavalos, mulas e burros e é causada por um alfavírus, isolado em 1938 no estado de Aragua (Venezuela), e só é encontrado nas Américas. Pode ser transmitida às pessoas através da picada do mosquito *Aedes taeniorhynchus*. A maior epizootia, que na época se tornou uma epidemia humana, começou na Colômbia em 1967 e se espalhou pelo Equador,

Venezuela e América Central, México e Texas (EUA). Durante a praga, 31.000 casos e 310 mortes foram registrados. Recentemente, o surto começou na Venezuela e na Colômbia, causando em 1995 cerca de dez mil casos e a morte de 16 pessoas no primeiro país e 14.156 casos e 26 mortes no segundo (AVILA MONTES, 2008).

2.3. As velhas causas das epidemias

Por esta razão, a história nos ensina, no entanto, que as explicações subjacentes ao problema não são temporárias. O proeminente professor americano Jared Diamond escreveu que os principais elementos mortais para a humanidade em nossa história recente - varíola, gripe, tuberculose, malária, peste, sarampo e cólera - são doenças contagiosas que evoluíram de doenças de animais. Diamond também escreve que essas doenças só poderiam aparecer com o acúmulo de numerosas e densas populações humanas. Segundo Garrett (2005), o processo começou com o nascimento da agricultura e pecuária há cerca de 10.000 anos e acelerou com o surgimento das cidades. Ambas as manifestações da cultura humana eram um verdadeiro recife de micróbios, ao qual o comércio precisava ser acrescentado, especialmente desde o desenvolvimento de rotas comerciais mundiais.

Por outro lado, Lombardi (2008) explica que os diferentes microorganismos, vírus, bactérias ou protozoários continuam a emergir com formas novas e antigas, participando do processo geral de evolução e causando epidemias em alguns casos. Por exemplo, as bactérias se dividem muito rapidamente; alguns podem fazê-lo aproximadamente a cada vinte minutos, para que, em princípio, vários bilhões de bactérias individuais possam ser geradas a partir de uma única célula em menos de um dia. Dado que o número de mutações está relacionado à divisão celular, a possibilidade de novas cepas aparecerem é muito alta. Alguns especialistas também apontaram que os novos vírus vêm de mutações ou

recombinações, ou seja, transformações do código genético dos agentes existentes.

Assim, Cueto (2007) quando se trata de elevar responsabilidades pelo retorno de pragas, devemos distinguir entre uma causalidade adequadamente biológica e uma causalidade humana ou social. No primeiro caso, é necessário ter a impossibilidade material de erradicar todos os reservatórios das antigas epidemias, apesar do aparente sucesso alcançado. Da mesma forma, foi apontado que novas cepas de pragas antigas estão surgindo, como a tuberculose ou aquelas que foram descritas como emergentes. Mas, embora a sucessão ecológica seja inevitável e com ela a evolução de elementos patogênicos, ninguém discute desde que o homem, especialmente desde a revolução industrial, tornou-se o agente com mais responsabilidades para com a natureza, pela simples razão de que ele tem mais poder do que qualquer outro ser no planeta e de transformar as condições de vida de muitos dos microorganismos que causou e continua a causar processos de desestabilização neles. Não devemos esquecer aqui o fenômeno já mencionado da globalização, um promotor explícito de pragas, universalizando a troca de indivíduos e bens e, com isso, o risco de contágio dos elementos patogênicos; Os modernos meios de comunicação possibilitam que esses ou seus vetores viajem por todo o planeta e se tornem elementos de uma verdadeira globalização epidemiológica.

Em casos específicos, conforme Lombardi (2008), a transformação do ambiente pode contribuir para a multiplicação e disseminação de novos patógenos. Já foi indicado na seção anterior como alguns especialistas consideram que o desmatamento e também certas fazendas agrícolas ou de mineração estão na origem do retorno da malária em alguns países da América Latina. Nessa mesma linha, outros fatores foram apontados como influentes no retorno de pragas, principalmente mudanças ambientais e ecológicas, além de secas ou chuvas torrenciais, entre outros desastres naturais. De especial significado, tendo sido repetidamente verificados, eles historicamente tiveram e

continuam a ter calamidades naturais diante das epidemias. Em datas muito recentes, um exemplo muito dramático foi sofrido.

Outras causas mais concretas de natureza social para explicar o retorno de pragas são, antes de tudo, a própria pobreza, como denunciaram especialistas ao falar sobre a precariedade da moradia como promotora de epidemias como malária ou doença de Chagas. Devemos também falar sobre dificuldades orçamentárias nas últimas décadas, organizações internacionais e estados nacionais, causando, por exemplo, o abandono de programas de combate ao *Aedes aegyptio* que causou que quase todo o continente americano tenha sido novamente reinfestado de dengue. Nesse período, também houve sérias restrições nos orçamentos de saúde de muitos países, com ajustes estruturais para reduzir os gastos públicos devido à aplicação de políticas neoliberais a questões como saúde, educação, moradia ou alimentação. Nesse sentido, Cueto (2007) aponta para o Peru que os gastos com saúde representaram em 1991, o pior ano da cólera, apenas 23,56 do que o Estado gastou nesse item em 1980. Desde a década de 1980, também foi estimado que seis Milhões de peruanos, quase um terço da população, não tiveram acesso aos serviços oficiais de saúde.

À falta de recursos para combater uma epidemia específica, em alguns casos a complexidade da tarefa está unida. Por exemplo, de acordo com especialistas, um plano com garantias contra a dengue na América implicaria uma despesa de 1.681 milhões de dólares anualmente. A tarefa é complicada porque a única maneira eficaz de combater a doença ou sua versão mais prejudicial, a febre hemorrágica da dengue, é eliminar o mosquito vetor *Aedes aegypti*. Mas, aqui vem a complexidade da questão: ações contra o *Aedes*. Eles devem basear-se no conhecimento de seus locais de reprodução em cada localidade infestada, através da criação de qualquer recipiente artificial, recipiente descartável, pneu ou barril, onde o mosquito possa se reproduzir.

Portanto, não surpreende que especialistas tenham indicado que, para controlar a dengue, são necessárias participação social, comunicação e educação

em saúde, além de saneamento ambiental. Este último implica o controle da água e dos resíduos sólidos em locais, não poucos na América Latina, de acordo com a OMS, onde não há abastecimento de água em casa ou a água é de baixa qualidade e onde é comum "armazenar água em tanques, barris e outros contêineres, nos quais é possível produzir um grande número de mosquitos, da mesma forma, quando a coleta de lixo é irregular ou deficiente. O combate à dengue também precisa prestar atenção aos contêineres abandonados em áreas públicas e em aterros improvisados nas margens de rios e estradas (BURNET, 2000).

Segundo Galindo (2008), apesar do número absoluto continuar aumentando, os dados mostram que os casos por pessoa estão estagnados. "Os dados sugerem que, apesar do aumento no número total de surtos, melhorias globais na prevenção, detecção precoce, controle e tratamento são cada vez mais eficazes".

De acordo com Cornell (2009), nossa capacidade de controlar possíveis epidemias é mais poderosa do que nunca, mas a capacidade das epidemias de tirar proveito de uma falha também, nos quais cita:

- síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) é uma doença respiratória viral causada por um novo coronavírus (o coronavírus que causa a síndrome respiratória do Oriente Médio ou MERS-CoV) que foi detectado pela primeira vez na Arábia Saudita em 2012.
- Os coronavírus são uma extensa família de vírus que causam doenças que variam do resfriado comum à síndrome respiratória aguda grave (SARS).
- Os sintomas típicos da MERS são febre, tosse e dificuldades respiratórias. É comum para pneumonia, mas nem sempre. Sintomas gastrointestinais também foram registrados, principalmente diarreia. Alguns casos de infecção por MERS-CoV não apresentam sintomas, mesmo que sejam

positivos para o vírus em testes de laboratório. A maioria desses casos assintomáticos foi detectada após o rastreamento exaustivo dos contatos confirmados. Aproximadamente 35% dos casos relatados de MERS-CoV resultaram na morte do paciente.

- Embora a maioria dos casos humanos de MERS tenha sido atribuída à transmissão de pessoa para pessoa em ambientes de saúde, dados científicos atuais indicam que os dromedários são um importante reservatório de MERS-CoV e uma fonte animal de infecção humana. No entanto, o papel específico dos dromedários na transmissão do vírus e quais são exatamente as vias de transmissão são desconhecidas.

Não parece que o vírus seja transmitido facilmente de uma pessoa para outra, a menos que haja contato próximo, por exemplo, ao cuidar de um paciente sem proteção adequada. Houve surtos associados aos cuidados de saúde em vários países. Os mais importantes foram produzidos na Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e República da Coreia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da cura, da salvação e da educação em saúde, a campanha deve conquistar ajudas humanitárias notáveis, principalmente considerando a escassez de recursos. Isso se deve em parte ao esforço, solidariedade e engenhosidade de médicos, enfermeiros e profissionais de saúde.

O principal legado da epidemia foi o fato de consolidar uma tendência que atribuía a responsabilidade da doença a suas vítimas, diminuía a importância do saneamento ambiental e considerava a saúde pública como um assunto individual e familiar e não como uma competência do estado. Assim, o principal legado da epidemia foi o fato de consolidar uma tendência que atribuía a responsabilidade da doença a suas vítimas, diminuía a importância do

saneamento ambiental e considerava a saúde pública como um assunto individual e familiar e não como uma competência do estado.

Ao tirar conclusões mais gerais, contra políticas neoliberais sobre questões como saneamento ambiental, infraestrutura de saúde ou saúde em geral, bem como a maioria das reflexões realizadas, acreditamos que podem ser aplicados a boa parte dos países da América Latina. Portanto, de um ponto de vista diacrônico, isto é, olhando para a história da luta contra as pragas há algumas décadas e pensando não tanto nos danos que causaram, mas nas expectativas geradas por vacinas, antibióticos e discurso sanitário, talvez possamos falar de um processo de regressão por causa de algumas epidemias que se acreditava serem erradicadas ou pelo menos sob controle. Porém, essas declarações devem necessariamente ser qualificadas quando o método comparativo é usado, ou seja, quando as estatísticas latino-americanas são contrastadas com as de outras regiões do planeta. Por outro lado, os números absolutos de certas doenças que indicamos nesta comunicação são esclarecedores. O continente tem um grande desafio para os próximos anos: a melhoria da qualidade de suas águas para consumo humano, bem como um melhor tratamento de águas residuais, assuntos pendentes para boa parte da população, principalmente a rural. Por outro lado, também é indicado que deve ser dada atenção especial a desastres naturais, furacões, terremotos ou vulcões, que também punem o fornecimento correto de água e alimentos para a população e sujeitam os países à pobreza, destruindo seus infraestruturas.

REFERÊNCIAS

BURNET, Sir Macfarlane Burnet e WHITE, David O. White. *História natural de doenças infecciosas*. 4th ed. Madri: University Alliance, 1982. p. 200. A primeira edição deste trabalho, embora com outro título, é de 1940.) .

CORNELL, James. *O grande livro internacional sobre desastres*, Nova York: Pocket Books, p. 195, 2009.

CUETO, Marcos. *O retorno das epidemias. Saúde e sociedade no século XX, Peru* . Lima: Instituto de Estudos do Peru, 1997. 256 p.

GALINDO, Miguel A. et al. A eliminação do sarampo em Cuba. *Revista Pan-Americana de Saúde Pública* , vol. 4, nº 3, p. 171-177, 208.

GARRETT, Laurie. *A praga que se aproxima: doenças recém-emergidas em um mundo desequilibrado* . Nova York: Penguin Books, 1994. xvii-750 p. Também KARLEN, Arno. *Progresso da praga. Uma história social do homem e da doença* . Londres: Indigo, 1995. 266 2005.

LOMBARDI, Clovis et al. A eliminação da hanseníase das Américas: situação e perspectiva atuais. *Revista Pan-Americana de Saúde Pública* , setembro, 2008

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *O Relatório Mundial da Saúde 1998. Vivo na 21st século. Uma visão para todos* . Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2019.

AS CONTRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Camila Cesário dos Santos de Rezende²

Elza Dias de Oliveira Carvalho³

Josanne Vieira Silva⁴

Patrícia Caravieri Teixeira⁵

Victor Hugo de Oliveira Henrique⁶

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo propiciar uma reflexão ímpar sobre a atuação do tradutor/intérprete de libras e seu importante papel na atual história do surdo e ainda da incessante busca por uma verdadeira inclusão, além de suas contribuições no processo da educação inclusiva. Para tanto, buscou-se por meio de pesquisas bibliográficas referendar a história do surdo, aspectos históricos da libras, os desafios da inclusão de modo a elucidar questões relevantes sobre o papel do tradutor/intérprete, as habilidades necessárias e de como este profissional silencia a voz nos sinais e dá som ao silêncio.

Palavras-chave: Intérprete; Competências, Inclusão

ABSTRACT

This work aims to provide an unparalleled reflection on the performance of the translator/interpreter of Libras and its important role in the current history of the deaf and still of the incessant search for a true inclusion, in addition to his contributions in the process of education Inclusive. To this end, it was sought through bibliographical research to endorse the history of the deaf, historical aspects of the pounds, the challenges of inclusion in order to elucidate relevant questions about the role of the translator/interpreter, the necessary skills and how This professional silences the voice in the signals and gives sound to the silence

Keywords: interpreter; Competencies, inclusion

² Licenciada em Pedagogia/UNOPAR. Intérprete de Libras - CAS/MT

³ Licenciada em Pedagogia/UNOPAR.

⁴ Licenciada em Pedagogia/UNEMAT. Bacharel em Direito/FCARP.

⁵ Licenciada em Pedagogia/UNEMAT. Licenciada em Letras - Português/Espanhol/UFMT.

⁶ Graduado em Biologia/UFMT, Mestre em Educação/UNESP e Doutorando em Ciências Ambientais/UNEMAT.

1. INTRODUÇÃO

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o movimento de inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Inclusão, nesse contexto, implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. Assim, a proposta de inclusão se propõe a contemplar a pedagogia da diversidade, ou seja, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística.

A inclusão trata-se de um reconhecimento e um olhar com mais profundidade a pessoas que possuem algum tipo de deficiência, uma luta incansável de uma minoria que pretende requerer seus direitos. Se existe inclusão é porque houve exclusão, seja ela no âmbito social ou educacional, fragmentando a totalidade do desenvolvimento do ser humano. Incluir vem do latim *includere*; que traz o entendimento de compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte e pertencer juntamente com outros em um mesmo ambiente. No entanto entende-se que incluir não se trata de pessoas iguais, mas de assumir que a diferença faz parte do mundo, onde há essa mistura que proporciona diferentes construções de conhecimento.

Deste modo compreendemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. Com isso, incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Advém, que as propostas educacionais dessa natureza começam a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de libras. Esse decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes, oferecendo o português na modalidade escrita, além de orientar para a formação de intérpretes para a tradução e interpretação da libras.

Nesse sentido, cabe ao professor juntamente com o intérprete, realizar na prática pedagógica o favorecimento de todos os alunos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, são necessárias algumas adaptações curriculares de pequeno porte (adaptações não significativas), possíveis de serem aplicadas. De acordo com o MEC as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

Do modo geral dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

As adaptações de pequeno porte (não significativas) constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. Além dessas adaptações gerais, é importante refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade. É importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais

alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

Nesse sentido, este trabalho objetivou trazer reflexões sobre a importância do intérprete no ambiente escolar.

2. PERCURSOS METODOLÓGICO

Esta pesquisa consiste em um trabalho de natureza qualitativa, na medida que reúne características que configuram este tipo de estudo. Segundo Chizzotti (2003) a pesquisa qualitativa recobre um campo transdisciplinar que envolve as ciências humanas e sociais, assumindo diversas formas de análise e busca encontrar os sentidos dos fenômenos humanos e entender seus significados.

Chizzotti (2001, p. 79) ainda afirma:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

É necessário levar em consideração que os dados quantitativos traduzem a grandeza com que um fenômeno se manifesta, conseqüentemente, sendo uma qualificação dessa grandeza, mas esses dados necessitam ser interpretados qualitativamente (GATTI, 2002).

Para tanto, a pesquisa terá como principal instrumento metodológico a pesquisa bibliográfica, buscando aproximar os estudos de diferentes autores e diferentes concepções sobre o tema, comparando e analisando seus estudos a propósito da inclusão das crianças com necessidades especiais no sistema regular das escolas brasileiras.

Este tipo de pesquisa, enquanto encaminhamento metodológico de estudos científicos, precisa ter o seu objetivo de estudo bem claro e definido, pois a mesma é uma atividade de consulta e localização de fontes diversas acerca de algum tema que pretendemos estudar.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva e

experimental em ambos os casos, buscam conhecer e analisar as condições culturais do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO e BERVIAN 2002, p25).

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, a coleta de dados ocorreu em livros, revistas, artigos (impressos e online), atendendo aos objetivos propostos nesta pesquisa.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA LIBRAS

A história do surdo até a conquista da libras apresenta ao longo dos séculos uma cronologia arraigada de sofrimento, exclusão, abandono, sacrifício e morte. Pelo mundo todo, surdos eram tratados como seres miseráveis e largado a própria sorte. Para os Hebreus, surdez era punição de Deus; na Grécia eram excluídos e considerados insignificantes; em Roma não tinham direito a exercer a cidadania, pois não possuíam direitos legais; para a igreja, durante a Idade Média, eram criaturas castigadas por Deus e não tinham direito aos sacramentos. O surdo era tido pelo viés de uma visão patológica onde a surdez era vista como uma deficiência, resultando no preconceito da sociedade, que por sua vez os consideravam incapazes de aprender e como seres “anormais”.

De acordo com Sá (2004, p. 03):

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos.

Um dos expoentes a mudar essa história e caracterizar o surdo num perímetro mais humano e social foi o filósofo italiano Gerolamo Cardano que desenvolve estudos acerca do tema percebendo que era possível ensiná-los a ler e a escrever, onde, neste mesmo período Pedro Ponce de Leon, monge beneditino, ensina crianças surdas da nobreza a ler e a escrever, se tornando o percussor do oralismo e o primeiro professor de surdos da história.

Com o passar do tempo na França, Charles Michel de L'Épée, que ficou conhecido como o pai dos surdos, começa a ensinar surdos a falar e a escrever. Possuía por objetivo ensinar os surdos que viviam nas ruas. Como consequência de seu esforço e grande sucesso de seu método, é fundada a Escola para Surdos-Mudos de Paris. Na Alemanha Samuel Heinicke, defende a filosofia oral, desencadeando uma controvérsia entre as diferentes filosofias, que tomaram rumos distintos: os que acreditam e transmite a língua de sinais e os que concordam que somente por meio da fala se terá um desenvolvimento. E por mais de 100 anos o uso da língua de sinais foi duramente proibido na educação da criança surda.

No Brasil, a educação dos surdos percorre as mesmas ocorrências de outros países. No Rio de Janeiro, Ernest Huet funda inicialmente o Instituto Nacional de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). De início o instituto também proibiu o uso da língua de sinais em sala de aula. E foi diante do insucesso do oralismo que em 1960, William Stoke, professor de Literatura da Gallaudet University, apresenta em sua publicação "Estruturas da Língua de Sinais" a perspectiva de uma segunda língua natural – a língua de sinais, começando a partir de então a ser reconhecida. E ainda, com base nas pesquisas de Lucinda Ferreira Brito começam os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), originando o bilinguismo.

Para Guarinello (2007, p. 45-46):

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (...) na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária).

Nessa perspectiva, as lutas da comunidade surda começam a ganhar espaço e a oficialização da Lei 10.436/2002 é um passo marcante nessa trajetória, e que dispõe em seu Art. 1º sobre a legalidade da língua:

Art. 1º. É reconhecida como meio legal e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo Único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A afirmação da legalidade de uma língua materna, caracterizada dentro da cultura surda, tem como contra partida a obrigatoriedade de um atendimento especializado, imbricando ainda a afirmação da inclusão de pessoas surdas tanto no processo de escolarização como no meio social em que vive.

Da obrigatoriedade, no Brasil em 2003 o MEC implementa o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; em 2004 o Ministério Público Federal publica o documento 'O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes da Rede Regular; o decreto nº. 5.626/05, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002 que dispõe, entre outros aspectos, sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; em 2006 a ONU aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; o ECA, Lei nº. 8.069/90 e a LDB, Lei nº. 9.394/96 garantem o atendimento educacional especializado no ensino regular e todos; todos em suma, caracterizando a legalidade, acesso e permanência da pessoa surda no contexto educacional em todos os seus níveis de aperfeiçoamento, por meio de sua língua materna – LIBRAS e a língua portuguesa como L2.

Dessa forma, torna-se imprescindível a formação de um profissional qualificado que venha a atender e suprir todas as necessidades da pessoa surda no processo educacional a fim de garantir o acesso, permanência e qualificação desses sujeitos. E eis que surge o papel do tradutor/intérprete do qual a Lei nº. 12.319/2010 regulamenta a profissão e dispõe sobre suas funções. O intérprete de libras é um elemento fundamental na concretização de toda essa luta e assegura de forma efetiva a inclusão dos surdos nas diversas esferas sociais.

4. O INTÉRPRETE DE LIBRAS: UM AGENTE NECESSÁRIO PARA A INCLUSÃO

É na orientação de escola inclusiva e bilíngue que toma forma a figura do intérprete no ambiente educacional, é por meio deste profissional que se dá ao aluno o direito de ser ensinado em sua língua. Entretanto sobre a filosofia educacional bilíngue, ainda se tem escassos conhecimentos, a maior parte da comunidade escolar desconhece as funções do intérprete. Inclusive são raros os registros do intérprete e sua atuação na história do surdo.

A ausência de registros da atividade do intérprete perdurou por um extenso período, passando a diminuir com os avanços tecnológicos. A história do intérprete passou por vários embaraços assim como a língua de sinais. Suas primeiras indicações se dão no meio familiar, com parentes buscando formas para se comunicar, por meio de voluntarismo em instituições religiosas. No Brasil, o espaço religioso foi o primeiro a acolher a atuação do intérprete de Libras. Nos anos 80 iniciaram as interpretações nos cultos nas igrejas, por isso a história do intérprete de Libras tem uma ligação com os contextos religiosos.

Em 1988, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), organiza o I Encontro Nacional de Intérpretes. Em 1992 se tem a II edição do evento, e no período de 1993 e 1994, começam a surgir encontros estaduais e regionais com intuito de discutir aspectos da formação e atuação dos TILS. Mesmo ocorrendo esses eventos, as atividades de interpretação passam a ter mais enfoque e a serem estudadas no ano 2000, surgindo a elaboração de documentos que estabelecem a formação de profissionais intérpretes em língua de sinais para mediar a comunicação com indivíduos com deficiências comunicacionais.

Com a criação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérprete de Língua de Sinais (FEBRAPILS), ocorre avanços como o reconhecimento do profissional intérprete através da lei federal 12.319 de 1º de setembro de 2010, esta lei regulamenta o exercício da

profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e ascensão do profissional perante a sociedade.

O profissional tradutor-intérprete de Libras - Língua Brasileira de Sinais - é figura capital na integração linguística entre surdos e ouvintes. Sua atuação é, também, decisiva para que a pessoa surda tenha pleno acesso aos meios de comunicação, cultura e lazer. Esse aspecto da atuação profissional do tradutor-intérprete permite-nos relacionar sua atividade com a concretização de uma política pública de Estado elevada à condição de dever constitucional pela carta 1988, conforme se lê no inciso II do parágrafo 1º do art. 227 da CF. (Parecer_Relator_Sen.Cristovam Buarque_PL4673, 2010).

Sendo assim a língua de sinais ficou reconhecida legalmente, os surdos adquiriram garantias de seus direitos, acesso a uma comunicação efetiva que os fazem serem entendidos. Dessa forma as unidades de ensino se tornam obrigadas a assegurar a inclusão por meio do intérprete de língua de sinais.

Lacerda e Góes (2000), apontam que as funções exercidas pelo intérprete de Libras vêm sendo ressignificadas, visto que seu saber e seu fazer são inerentes à peculiaridades da área educacional no que diz respeito às questões de âmbito pedagógico e de competência linguística e não somente pelo domínio e fluência da Libras. Quanto as questões de âmbito pedagógico, estas fazem referência ao papel do intérprete que no artigo 3 do Código de Ética do Intérprete de Libras, diz que:

O intérprete deve interpretar fielmente e com melhor de sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade (QUADROS, p.29)

Fica evidente que a alfabetização do aluno surdo no processo de aprendizado é responsabilidade do professor regente, cabendo ao intérprete a função de transmitir ao aluno o que está sendo dito pelo professor, deixando evidente seu papel de mediador sem que haja transferência de responsabilidade dentro da sala de aula.

No que se trata de competência linguística é importante que o intérprete além da libras tenha domínio da língua portuguesa para ocorrer intermediação de conhecimentos. O ato de interpretar, vai além de um conhecimento profundo

da libras, pois intrínseco a ele está a capacidade linguística do profissional intérprete em produzir sentidos equivalentes entre as duas línguas. O controle sobre o discurso operante deve ser estabelecido tanto de uma como para a outra língua de modo a valorizar ambos os discursos e proporcionar uma boa execução dos seus trabalhos.

O autor Robertz (apud QUADROS, 2004) apresenta seis habilidades linguísticas necessárias para qualificar o ato de interpretar, a saber:

1- Competência lingüística - habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso.

2- Competência para transferência - Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua fonte para a língua alvo.

3- Competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para recordar itens lexicais e terminologias.

4- Competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.

5- Competência bicultural - conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo.

6- Competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar. (QUADROS, 2004, p.73,74)

Observa-se claramente que é necessário um domínio na estreita relação entre as duas línguas. Esse estreitamento se atenua quando o profissional conhece e se familiariza com os referentes da área em que está atuando, no caso a educação. As seis habilidades apontadas por Robertz configuram um perfil que fará um diferencial na vida escolar e acadêmica de um aluno surdo e do próprio profissional.

Dessa forma, é imprescindível acreditar e fazer valer com todas as forças, que o grande eixo norteador no processo de uma educação inclusiva está no

intérprete, figura notória em todo esse processo de inclusão. Por outro lado, não se deve equivococar a atuação desse profissional que se restringe ao ato de traduzir/interpretar, embora, como já dito anteriormente, o alcance desse ato se estende para além dessas fronteiras, recai sobre as variadas áreas de conhecimento e de como esse se faz entender pelo aluno surdo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir Educação Inclusiva hoje, diante do atual cenário educacional, é somar com tantos outros estudos já realizados sobre este tema, mas partindo de um referencial maior do que o simples fato do aluno surdo estar em sala de ensino regular. A perspectiva que nos move a arriscar mais um trabalho sobre o tema, parte do prisma do intérprete como figura expressiva a assegurar que essa inclusão seja de fato efetiva, de modo que se faça ouvir a voz desse aluno surdo em seu desenvolvimento durante o processo de ensino aprendizagem.

Naturalmente que não podemos dizer que somente a inserção deste profissional no âmbito escolar soluciona o problema da inclusão e garanta uma aprendizagem satisfatória, necessita-se também atentar-se as questões metodológicas, curriculares, materiais que dão suporte, de modo a contemplar as peculiaridades do aluno surdo. Inerente a isso, é imprescindível uma estreita parceria num regime constante de colaboração entre professor e intérprete, onde o primeiro facilita e o segundo média e ambos tornem possível que o silêncio de tantos anos seja quebrado e ecoe a voz sedenta por conhecimento e integração social.

Dessa forma, este trabalho realizou uma reflexão ímpar sobre a atuação do tradutor/intérprete de libras e seu importante papel na atual história do surdo e ainda da incessante busca por uma verdadeira inclusão. Com base nas leituras e pesquisas realizadas, podemos contribuir com mais uma relevante discussão e fomentar a necessidade de se promover cada vez mais pesquisas que faça emergir o perfil, a importância, o profissionalismo e o mérito desse profissional.

7. REFERÊNCIAS

FERREIRA, C. B. da R. **Atendimento educacional especializado para pessoas com surdez**. 2011. 66f. Tese (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília – UAB/UnB, Anápolis – GO, 2011. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3333/1/2011_CleoniceBicudodaRochaFerreira.pdf>. Acesso em 28 de abr. 2019.

JORDÃO, U. V. **O que dizem os intérpretes de libras do sudeste goiano sobre a formação e atuação**. 2013. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188459/JORDÃO%20Uiara%202013%20%28dissertação%29%20UFSCAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 04 de mai. 2019.

OLIVEIRA, F. B. Desafios na Inclusão dos Surdos e o Intérprete de Libras, **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012. Disponível em <seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/view/271/263>. Acesso em 28 de abr. 2019.

OLIVEIRA, Mileide Terres de. **Fundamentos da Educação de Surdos**, Especialização Lato Sensu em Libras e Educação Inclusiva, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Gross - IFMT, Várzea Grande, 2017.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004.

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

A IMPORTÂNCIA DE MOTIVAR O INTERESSE EM NOSSOS ALUNOS

Joilson Altair Lemos⁷

RESUMO

Neste ensaio com estudo bibliográfico, descritivo, utilizando do método qualitativo, o estudo trouxe como objetivo discorrer acerca da importância de o professor motivar seus alunos despertando o interesse. Por meio da pesquisa procurou refletir sobre a tendência relacionada à atenção limitada observada nos alunos e à tentativa como consequência desse fato pelos professores de aplicar diferentes estratégias pedagógicas que afetam favoravelmente os educandos buscando um maior interesse pelo próprio aprendizado.

Palavras-chave: Motivação. Participação. Conhecimentos.

ABSTRACT

In this essay with a bibliographic, descriptive study, using the qualitative method, the study aimed to discuss the importance of the teacher motivating his students by arousing interest. Through research, he tried to reflect on the trend related to the limited attention observed in students and to the attempt as a consequence of this fact by teachers to apply different pedagogical strategies that favorably affect students seeking greater interest in their own learning.

Keywords: Motivation. Participatio. Knowledge.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os professores enfrentam um problema recorrente no ensino que se tornou notável nos últimos anos, inclusive no ensino superior: manter a atenção do aluno. Sabemos que a atenção de uma pessoa com quem se fala pode ser volátil, dependendo do tópico sobre o qual estamos falando, da maneira como o fazemos, da linguagem que usamos, do modo gestual, da posição física que adotamos e até do momento em que queremos comunicar algo. Observa-se, também, o exposto, a impressão que cada aluno pode ter do professor apenas por

⁷Mestre em Educação/UFMG.

vê-lo, as informações que ele pode ter dele, o interesse nessa matéria e seu próprio aprendizado.

A atenção é especialmente importante no nível superior, se considerarmos que “o ensino superior é aquele que apresenta, como caráter típico, a maior densidade de informações entre todos os níveis do sistema (...)” (ALCARÁ, 2007). A quantidade e a qualidade do conteúdo fornecido no processo de aprendizagem dos alunos e as maneiras pelas quais o professor ensina são condições para o processamento de ideias e a produção de novos conhecimentos.

Portanto, o sucesso de uma turma depende em grande parte das estratégias de ensino implementadas por um professor, é muito importante levarmos em conta a aplicação, entre outros, dos seguintes itens: a filosofia e a política do local, a organização do trabalho e não esquecendo a situação socioeconômica em que nos encontramos, entender a didática como uma teoria do significado da prática de ensino dentro da estrutura sócio-histórica em que está.

2. O PROFESSOR É AQUELE QUE TEM A CAPACIDADE DE APRENDER E TRANSMITIR CONHECIMENTOS

Os professores devem ser protagonistas e se engajar na sala de aula, não apenas se limitando a fornecer conhecimento, devem acompanhar os alunos no processo de aprendizagem e, se eles (os alunos) sentirem esse acompanhamento, provavelmente poderão mudar e se tornarem melhores alunos, parafraseando Para Davidoff, (2001), isso faz um bom ensino que envolve a recuperação da ética e dos valores no ensino, além de nos perguntar se o que é ensinado é justificado e digno do aprendizado do aluno.

A primeira coisa que devemos alcançar no aluno é a atenção deles, prestando atenção, podemos defini-la como uma atividade humana, como destaca Vygotsky (2003, p. 56):

[...] A atividade humana é o processo que medeia a relação entre o ser humano (sujeito) e a parte da realidade que será transformada por ele (objeto de transformação). Essa relação é dialética, o sujeito também se

transforma, porque as mudanças se originam em sua psique através de sinais que, como a linguagem, servem como instrumentos ...

Segundo o autor, uma das maneiras de manter a atenção dos alunos na sala de aula é conseguir um bom relacionamento entre os componentes da tríade didática: o conhecimento professor-aluno.

Na tríade didática, eles interagem constantemente, não há um sem o outro. Seja uma educação formal e uma educação não formal. Influências subjetivas e influentes, crenças, cultura, experiências, etc., que devem ser respeitados e levados em consideração pelo professor, aproveitando-os.

O professor é aquele que tem a capacidade de aprender e transmitir conhecimentos, e seu papel é o de facilitador e gerador na sala de aula. O aluno também é o protagonista, avaliador e gerador deste último, pois gera que o professor constrói com ele um conhecimento que ele não possui, pois não pode saber tudo para responder às diferentes preocupações. A falta de atenção por parte do aluno, bem como a falta de conhecimento no momento da aula pelo professor, entre outras coisas, produz uma falha na comunicação, professor - aluno, causando uma falta de entendimento nisso. Paiva (2008, p.76) diz:

[...] Precisamos analisar, por campo disciplinar, os padrões de mal-entendidos que surgem entre professores e alunos e que causam problemas de convivência na sala de aula (PAIVA, 2008, p.76).

Também os problemas de falta de estrutura ou elementos que auxiliam na prática do ensino são complicações que não ajudam o aluno. Como afirma o autor: "pensar na sala de aula é ser capaz de descobrir os obstáculos que impedem a aprendizagem e fortalecer os fatores que a facilitam ...".

É muito possível que exercitando uma comunicação recíproca com o aluno e não simplesmente uma passagem de conhecimento; que esse objetivo possa ser alcançado, sem deixar a orientação e a autoridade na sala de aula. O professor deve ouvir o que eles têm a dizer e modificar, se necessário, para seu interesse em um determinado conhecimento, o que está planejado para o dia ou propor para a próxima aula. Essa é uma forma de construtiva, na qual o professor está

atento às demandas dos alunos que (espontaneamente ou não) propõem um tópico de interesse. É claro que um professor deve ter a turma preparada; exemplos, gráficos, exercícios e problemas que ajudam na formação do aluno. Acima de tudo, apresente (orientando, não resolvendo) problemas reais, aqueles que encontrará não apenas depois de terminar os estudos.

Para Pintrich (2010), é muito importante ter uma diversidade de estratégias de ensino de acordo com a ocasião, entre outras coisas, além de ter um programa preparado no qual existem vários tópicos (alguns obrigatórios e outros relacionados), deve sempre deixar espaço nas aulas para questões que surgem, geralmente espontaneamente, por curiosidade dos alunos. Aqui está algo muito importante, porque se um grupo de estudantes está curioso sobre um tópico ou algo relacionado a um tópico já explicado, é um bom sinal de que estamos alcançando o objetivo da atenção. E o motivo da atenção é o interesse. Entre outras possibilidades, a maneira de se interessar por algo deve ser porque eles devem sentir que o que lhes será explicado é algo fundamental, a solução para seus problemas, o grande segredo.

Segundo Zabala (2008), a aprendizagem significativa incorpora, de maneira substantiva e não arbitrária, as novas informações na estrutura cognitiva do aluno. O aluno deve ser ajudado a relacionar os novos conhecimentos com os antigos e, assim, obterá sua própria experiência e, portanto, mais curiosidade na matéria que o leva a continuar incorporando conhecimentos. Uma das maneiras que pode ser alcançada é explicar casos reais, problemas e inconvenientes, mostrando-lhes que não é um problema inventado e que, com a orientação do professor, eles mesmos com sua própria análise (análise que o professor deve saber fazer), eles encontrarão o solução

De acordo com Williams (2002), outro dos inconvenientes de hoje que competem na atenção do aluno (sempre falando sobre a sala de aula) são os telefones celulares e muito mais quando eles podem acessar a Internet a partir deles. É muito comum que um aluno, especialmente aqueles que estão atrás de tudo, esteja olhando para baixo. Algo a analisar também é a tempestade de

informações e publicidade que uma pessoa recebe hoje de várias mídias (gráficos, televisão, rádio, Internet). As pessoas recebem essas informações mesmo que não as procurem em casa, viajando ou andando para onde estão indo, essa publicidade e outras invasões se tornam tão comuns que passam despercebidas, mas é um erro acreditar nisso: elas não passam despercebidas e isso nos distrai, portanto os alunos estão distraídos e temos que competir contra essa distração.

Para Brophy (2003), também é comum que um aluno em sua casa faça a lição de casa, enquanto assiste à televisão e possui um computador, no qual, além de procurar as informações necessárias, também observa outras coisas. É uma atenção múltipla que se desenvolve e, talvez, seja por isso que ouvir um professor, bem na frente de um quadro-negro, ou talvez projetar uma imagem não chame a atenção deles. Precisa de movimento, imagens, sons. Obviamente, alguns desses casos podem ser resolvidos por alguns assuntos melhor do que outros por sua própria condição, como assuntos em que imagens e gráficos são uma prioridade (fotografia, design gráfico, edição de imagens e sons), mas basicamente de qualquer tipo ensino é o professor que deve procurar obter interesse, comunicação e diálogo em sala de aula entre os mesmos alunos e estes com o professor. Algumas das ferramentas que nos ajudam podem ser: ficar em pé quando o assunto é explicado, mover-se (não ser estático), olhar diretamente para os alunos, para que sintam que é com quem estamos conversando, não encostado na parede (que é um sinal de tédio), fale de uma maneira calma e estimule o que é explicado, incentive o aluno em sua prática, escute as preocupações, atinja a participação dos alunos na aprendizagem, use maneiras diferentes de mostrar os tópicos tentar mudar a distribuição na sala de aula (sempre que possível) formando um U com as mesas, com o objetivo de diminuir a distância para que os alunos vejam no professor um guia e alguém em quem confiar.

Deve-se entender que o aluno é uma pessoa e não um sujeito que responderá idealmente. É alguém que vem educar, que pede ajuda, talvez escapando da situação sentindo-se oprimido pela quantidade de informações e

como lidar com isso. Possivelmente, a falta de atenção em muitos casos não é realmente uma falta de interesse, mas um pedido de ajuda.

REFERÊNCIAS

ALCARÁ, A.R. e Guimarães, S.E.R. A Instrumentalidade como uma estratégia motivacional. *Psicologia Escolar Educacional*, 11 (1), 177-178, 2007.

BROPHY, J. Conceptualizing student motivation. *Educ. Psychologist*, 18, 200-215, 2003.

PAIVA, M.O.A. Abordagens à aprendizagem e abordagens ao ensino: uma aproximação à dinâmica do aprender no secundário. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008.

PINTRICH, P.R. The role of goal orientation in self-regulated learning. Em: Boekaerts, M.; Pintrich, P.R. e Zeidner, M. (Eds.). *Handbook of self-regulation* (pp. 451-502). San Diego, CA: Academic Press, 2000.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem* (2.^a Ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILLIAMS, G.C.; Gagné, M.; Ryan, R.M. e Deci, E.L. Facilitating autonomous motivation for smoking cessation. *Health Psychol.*, 21, 40-50, 2002.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO

José Luiz Barbosa⁸

RESUMO

Com este artigo, gostaria de salientar a importância do trabalho conjunto dos pais e professores na educação de crianças para escolas primárias e secundárias. Tradicionalmente, essa colaboração na educação infantil é considerada chave negligenciada à medida que a criança envelhece. Abordar a educação integral dos alunos requer a ação conjunta das famílias e dos professores.

Keywords: Educação. Colaboração. Família. Pais.

ABSTRACT

With this article, I would like to emphasize the importance of the joint work of parents and teachers in the education of children for primary and secondary schools. Traditionally, this collaboration in early childhood education is considered a neglected key as the child ages. Addressing the integral education of students requires the joint action of families and teachers.

Keywords: Education. Collaboration. Family. Parents.

INTRODUÇÃO

A importância do relacionamento que a escola, o professor, os pais e o aluno realizam, seja por meio de atividades, seja na lição de casa, criando um vínculo de trabalho. Concluindo com o trabalho dos pais durante o processo de aquisição da leitura e escrita de seus filhos, que é motivar as crianças a ler e escrever para que elas percebam o valor que esse aprendizado tem em sua vida, mas colocando essas duas habilidades como práticas comuns na vida familiar.

⁸Mestre em Educação/UPAP.

Todos sabemos que ao longo da história houve mudanças importantes em nossa sociedade em termos políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc., especialmente nos últimos 25 anos. Obviamente, essas mudanças não deixaram de lado a família e a escola. Família e escola passaram por mudanças e transformações, por exemplo, família nuclearizados e urbanizada, tem havido um grande aumento de famílias monoparentais, um grande aumento em mulheres que estão entrando no mercado de trabalho, a família tem aumentado o número de horas dedicado ao lazer, está incorporando seus filhos antes na escola, etc.

Na mesma linha, Correa (2001) afirmam que a família sempre foi o primeiro agente de socialização na vida da criança. Tradicionalmente, este era o caso até a idade escolar, 6 anos, onde a escola, como instituição, era responsável por fornecer um contexto social mais amplo, transmitindo ao mesmo tempo os padrões culturais do ambiente social da criança. Mas, desde há alguns anos tem havido uma série de eventos que mudaram a ação de socialização: a família nuclear está se tornando menor, dando menos irmãos, avós, tios na família; vivem em áreas urbanas separadas da casa, tem aumentado consideravelmente o número de famílias monoparentais, a idade de início da educação não obrigatórias é cada vez mais estar à frente mais, por razões familiares e sociais e, gradualmente, têm aumentado a consciência do que implica, do ponto de vista educacional, a existência de um filho.

Segundo Genofre, (2007) Parece que essas mudanças que ocorreram na organização familiar, por alguns teriam consequências negativas na socialização das crianças. Porque, por exemplo, uma porcentagem crescente de mulheres casadas trabalha fora de casa, o que reduz o tempo da presença dos pais em casa e obriga as famílias a fazer uso de vários meios para o cuidado de seus filhos, como os berçários, cuidadores em casa ou parentes. O trabalho da mãe fora de casa afeta as crianças em idade escolar na medida em que é mais comum comer na escola, ser forçado a seguir atividades extracurriculares, etc. Da mesma forma,

os laços com parentes que não fazem parte do núcleo familiar tendem a enfraquecer, o que significa que a socialização familiar das crianças é quase da exclusiva responsabilidade dos pais. Mas, devemos ter em mente que, embora todas as mudanças que mencionamos estejam ocorrendo, a família continua a constituir um grupo humano no qual um conjunto de relações, experiências e interações pessoais de difícil quantificação convergem.

E embora a nossa sociedade, o nosso modelo de vida, tenha gradualmente modificado a morfologia familiar, seja reduzindo, devemos ter em mente que, embora todas as mudanças que mencionamos estejam ocorrendo, a família continua a constituir um grupo humano no qual um conjunto de relações, experiências e interações pessoais de difícil quantificação convergem, favorecendo a convivência entre pais e filhos mais permissivos e tolerantes, a família é um dos centros sociais onde tem uma poderosa influência sobre o indivíduo (MALDONADO, 2007).

Portanto, é essencial o apoio dos pais durante o primeiro ciclo, pois, como mencionado, é a aquisição da alfabetização um processo complexo, pois exige participação da família para torná-la mais satisfatória para as crianças, para isso a criança deve interagir com a prática da alfabetização em seu ambiente. Bem, a família é o melhor núcleo para o desenvolvimento integral do indivíduo e para promover um ambiente em que o bebê possa progredir na área neurológica, psicológica, social e linguística.

2. RELAÇÕES FAMÍLIA-ESCOLA

Segundo Nogueira (2002), a educação é uma tarefa compartilhada entre pais e educadores cujo objetivo é a formação integral da criança. O curso de ação deve ser realizado conjuntamente, tanto o tutor e as famílias têm a responsabilidade de envolver os outros e fornecer-lhes todas as informações

necessárias para fazer a escola e a família se sentirem unidos e, portanto, responsável pelo processo educativo das crianças. Para realizar uma educação abrangente dos alunos é necessário que haja canais de comunicação e a ação conjunta e coordenada da família e da escola, apenas desta forma o desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança ocorrerá na melhor Condições. Esta ação conjunta estimulará a criança a crer que está em dois espaços diferentes, mas em sílabas completas.

Estudos sobre o envolvimento dos pais na vida escolar segundo Parolim (2003) indicam que o envolvimento ativo se materializa na autoestima das crianças mais elevadas, melhor desempenho escolar, melhores relacionamentos e atitudes mais positivas dos pais à escola.

À medida que a escola mudou, as maneiras pelas quais tem sido ligada à instituição familiar. Transformações importantes levaram a esse efeito ao longo da história.

Assim, as primeiras escolas mantinham uma união estreita com a Comunidade. No início do século XX, eles começaram a distância; o trabalho pedagógico tornou-se cada vez mais complexo e complicado, e os professores ensinavam assuntos e usavam métodos distantes da experiência dos pais, que pouco tinham a dizer sobre o que estava acontecendo dentro do salas de aula.

De acordo com Romanelli (2005), as responsabilidades familiares e escolares foram vistas como diferentes, e foi visto com bons olhos. Os pais ensinavam a seus filhos boas maneiras, enquanto a responsabilidade dos professores era ensinar alfabetização, cálculo, etc. Pais e professores começaram a perseguir objetivos independentes, que às vezes levaram a conflitos. Esta perspectiva tem sido substituída nos últimos anos pela ideia de que a escola e a família têm sobreposição de influências e responsabilidades compartilhadas, de modo que ambas as instituições devem cooperar na educação. Pais e professores precisam redefinir suas relações e substituir o conflito com a colaboração.

Houve também mudanças significativas em nossa sociedade que, logicamente, não negligenciaram a família e a escola. A família tem sido

nuclearizada e urbanizada tem havido um grande número de famílias monoparentais, um grande aumento das mulheres que foi incorporada no mundo do trabalho, a família aumentou o número de horas dedicadas ao lazer, passou a incorporar seus filhos à escola, etc. A família sempre foi o principal agente de socialização na vida da criança até a idade escolar, onde a escola, como instituição, era responsável por proporcionar um contexto social mais amplo enquanto transmitiu as diretrizes culturais do meio ambiente estatuto social da criança. Symansky (2001) fala que alguns anos houve uma série de fenômenos que mudaram a ação socializadora: o núcleo da família está diminuindo, eles vivem em espaços urbanos separados, o número de famílias tem aumentado consideravelmente.

Por outro lado, surgem dificuldades nessas reuniões da família-escola. Para Silva (2003) acaba por ser surpreendente, pois existe uma distância, uma suspeita e um confronto assim consistentes como é observado em alguns lugares. Os professores que mantêm o poder de avaliação e poder institucional e até mesmo o poder confere ao conhecimento especializado gerado nos pais um sentimento inibitório que resulta na falta de clareza para ter uma opinião.

Da mesma forma, Vila Maldonado (2007) acredita que deve ser considerado, ao invés de afirmar que as famílias têm uma grande falta de interesse na educação de seus filhos, se eles realmente são oferecidos a oportunidade de participar de sua educação, mas eles teriam que refletir sobre os canais de troca. Essas mudanças devem permitir abrir e francamente argumentando sem que ninguém seja julgado por suas opiniões. As escolas devem aceitar as famílias como são e permitir formas de participação em que, fazendo as coisas juntos, os pais e as pessoas professadas compartilham um projeto comum para as crianças.

2.1. Entre as causas da família-escola, destaca-se:

O conforto. Há pais que consideram as reuniões de professores um incômodo que não lhes traz nada.

A inibição. Muitos pais não querem colaborar porque pensam que as questões escolares não são da sua conta.

Deficiência e anúncio insegurança. Alguns dos pais que não trabalham são porque eles acreditam que eles não têm uma preparação adequada para fazê-lo.

Ignorância. Alguns pais não sabem o que podem colaborar.

Falta de tempo: Muitos pais não podem ajudar porque suas ocupações os impedem.

2.2. Responsabilidade Conjunta

Hoje, a ideia de que a família e a escola compartilham responsabilidades na educação é bem aceita. Ambos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de autoconceito, habilidades social, desenvolvimento moral, habilidades psicomotoras, criatividade e habilidades cognitivas, como a resolução de problemas. Tendo em conta essas influências entrelaçadas da família e da escola, e as consequências negativas que parecem resultar da excessiva descontinuidade entre os dois contextos, a colaboração pai-professor é revelada como sendo de importância fundamental.

Cabe destacar a necessidade educativa de promover a cooperação entre famílias e escolas, destacando os resultados positivos que implica tanto para os alunos como para os pais, para os professores, para a escola e para a Comunidade em que se baseia.

Estamos cientes de que os primeiros anos de vida, juntamente com outras

instâncias socializantes, a família é o começo. Mas, se começarmos com a ideia de que a família e o ambiente escolar são os que mais influenciam o desenvolvimento do indivíduo e seu processo educativo, a colaboração entre todos os envolvidos no desenvolvimento e formação da criança é essencial. Entre a escola e a família, deve haver uma comunicação estreita, a fim de alcançar uma visão globalizada e completa do aluno, eliminando, na medida do possível, discrepâncias e antagonismos em favor da unificação dos critérios de ação e do apoio mútuo, já que, pelo direito e pelo dever, têm fortes competências educativas e devem necessariamente ser coordenados. Se um professor quiser educar, ele não tem escolha senão contar com os pais e colaborar com eles, de modo que os esforços que ele faz nas horas continuar a descontinuação no resto do dia.

Os dois ambientes básicos para a criança, o repouso e a escola precisam de ser coordenados; porque mantendo um bom relacionamento com a família, há mais entre pais e professores: as preocupações, as dúvidas, os desejos sobre o comportamento e a evolução da criança, que devem ser comunicados, e assim os professores conhecem cada criança melhor e podem ajudá-lo.

O desenvolvimento de competências pessoais e de autonomia social. Este é um aspecto fundamental para a integração familiar e social e para a promoção do desenvolvimento integral dos alunos.

Ensino de conhecimentos e estratégias educacionais. Embora essa tarefa seja atribuída principalmente à escola, a família assume o dever de ensinar seus filhos a estudar hábitos, ampliar o conhecimento.

Responsabilidades de ensino. Implica a aceitação de padrões estabelecidos de comportamento, limpeza e ordenação de normas, pequenas responsabilidades familiares e escolares, etc.

Em nossa sociedade, a educação familiar e escolar desempenha um papel decisivo na aquisição da aprendizagem infantil, comportamentos e comportamentos, de modo que ambos os grupos devem ter responsabilidades e papéis complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social. É dentro dele que os primeiros laços emocionais são estabelecidos, os primeiros aprendizados sociais básicos: língua, valores, controle da impulsividade, comportamentos pró-sociais... A Família será, portanto, o primeiro agente socializador, ele vai atuar como uma chave para a abertura da criança para outros contextos. São os pais que decidem quando vão incorporar seus filhos à escola, selecionando o tipo, por sua vez, aqueles que tornam possível os primeiros contatos sociais da criança com pessoas fora de sua família.

Os pais são protagonistas fundamentais no processo educativo de seus filhos. A colaboração com eles deve ser assegurada de todos e de cada função que é dada na escola das crianças. Para este fim, devemos estabelecer canais de informação e participação que forneçam um intercâmbio sobre as atitudes e o progresso das crianças, e uma transmissão mútua de informações sobre os acontecimentos cotidianos. Uma boa interação entre a escola e a família, oferece à criança uma imagem de aproximação e relacionamento entre as pessoas que cuidam de seu cuidado e dá ao campo da escola um caráter de familiaridade e de seguimento. Cada relação família-educador é única e original, por isso tem que ser individualizada, deve basear-se na confiança e no conhecimento mútuo.

REFERÊNCIA

CORREA, Rosa Maria. **Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

GENOFRE, R.M. **Família: uma leitura jurídica.** In: **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 2007.

MALDONADO, Maria T. **Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir.** São Paulo: Saraiva 2007.

NOGUEIRA, Raimundo Augusto. Mudanças na sociedade contemporâneas. Mundo Jovem. São Paulo, nº. 123, fev. 2002.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza, 2003

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. IN: Carvalho, M. C.B.A. Família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

SILVA, T.M.T. da. Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada. In. Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (orgs). Educação para o pensar. Campinas: Alínea, 2003.

SYMANSKY, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.